



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DO MARROMEU PROVÍNCIA DE SOFALA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Hidrografia, Relevo e Solos	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	4
2 História, Política e Sociedade Civil	7
3 Demografia	9
3.1 Estrutura etária e por sexo	9
3.2 Traço sociológico	9
3.3 Línguas faladas	10
3.4 Analfabetismo e Escolarização	10
4 Habitação e Condições de Vida	11
5 Organização Administrativa e Governação	13
5.1 Governo Distrital	13
5.2 Reforma do sector público	15
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	16
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	16
5.3.2 Educação e Saúde	18
5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto	18
5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social	19
5.3.5 Ordem e Segurança pública	19
5.4 Finanças Públicas	20
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	21
5.6 Participação comunitária	21
5.7 Apoio do sector Privado	21
5.8 Apoio externo	22
6 Posse e Uso da Terra	23
6.1 Posse da terra	23
6.2 Trabalho agrícola	24
6.3 Utilização económica do solo	25
6.3.1 Agricultura	25
6.3.2 Pecuária e Avicultura	25
6.3.3 Produção não agrícola	25

7	Educação	26
8	Saúde e Acção Social	29
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	29
8.2	Acção Social	30
9	Género	32
9.1	Educação	32
9.2	Actividade económica e exploração da terra	33
9.3	Governança	34
10	Actividade Económica	35
10.1	População economicamente activa	35
10.2	Orçamento familiar	36
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	37
10.4	Infra-estruturas de base	38
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	40
10.5.1	Zonas agro-ecológicas	40
10.5.2	Infra-estruturas e equipamento	40
10.5.3	Produção agrícola e sistemas de cultivo	41
10.5.4	Pecuária	42
10.5.5	Pescas, Florestas e Fauna bravia	43
10.6	Indústria e Serviços	43
10.7	Turismo	44
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Marromeu	46
	Documentação consultada	47

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	9
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	9
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	10
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	10
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	10
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	11
TABELA 7:	Grupos culturais e desportivos existentes	19
TABELA 8:	Programas de acção social, 2000-2003	19
TABELA 9:	População, por condição de frequência escolar	26
TABELA 10:	População, por nível de ensino que frequenta	27
TABELA 11:	População, por nível de ensino concluído	27
TABELA 12:	Escolas, alunos e professores, 2003	28

TABELA 13:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	29
TABELA 14:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	29
TABELA 15:	População, por condição de orfandade, 1997	30
TABELA 16:	População deficiente, por idade e residência, 1997	30
TABELA 17:	Programas de acção social, 2000-2003	31
TABELA 18:	População activa, por ramo de actividade, 2005	36
TABELA 19:	Rede de Estradas	39
TABELA 20:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	42

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	11
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	12
FIGURA 3:	Habitações, por tipo de acesso a água.....	12
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	20
FIGURA 5:	Estrutura de base da exploração agrária da terra	24
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas alimentar principal	25
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta.....	26
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	30
FIGURA 9:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	32
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	33
FIGURA 11:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	35
FIGURA 12:	Consumo das famílias, por grupo de produtos e serviços	36
FIGURA 13:	Famílias, por intervalos de rendimento mensal	37
FIGURA 14:	Estrutura média da produção de cana-de-açúcar	44



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

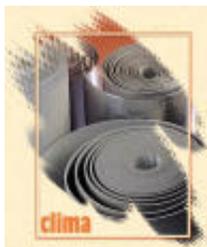
O distrito de Marromeu está localizado a nordeste da Província de Sofala, sendo limitado a Nordeste pelos distritos de Chinde e Mopeia (província de Zambézia) através do rio Zambeze, a Noroeste pelo distrito de Caia, a Oeste pelo distrito de Cheringoma e a Sul o Oceano Índico.

Com uma superfície¹ de 5.871 km² e uma população recenseada em 1997 de 69.895 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 86.934 habitantes, o distrito de Marromeu tem uma densidade populacional de 15,1 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

A população é jovem (46%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 49%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 26%).

1.2 Clima, Hidrografia, Relevo e Solos



Cerca de metade da superfície física do distrito ocorre na vasta planície deltáica do rio Zambeze.

Com 79 rios e riachos com curso de água permanente, Marromeu possui um clima tropical húmido em todos os locais, com duas estações por ano, nomeadamente a de inverno – entre os meses de Abril a Agosto, e a de Verão durante os restantes meses.

A precipitação média anual é cerca de 910 mm, enquanto a evapotranspiração potencial média anual é cerca de 1.574 mm.

A maior queda pluviométrica ocorre sobretudo no período compreendido entre Dezembro de um ano a Março do ano seguinte, variando significativamente na quantidade e distribuição, quer durante o ano, quer de ano para ano.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

A temperatura média anual está na ordem dos 24.0°C. As médias anuais máxima e mínima são de 32.1 e 16.0°C respectivamente.

Geomorfologicamente o distrito ocorre na vasta Bacia Sedimentar que compreende basicamente aluviões na planície deltáica do Zambeze e os sedimentos marinho-estuarinos junto a costa e, mais ainda por alguns extratos isolados da plataforma de Mananga e Pós-mananga intercalados com manchas de cobertura arenosa.

Os solos são predominantemente aluvionares, isto é, na planície deltáica e marinho-estuarinos nos mangais, e mais ainda de texturas arenosa e média nas coberturas arenosas e nas plataformas de mananga, respectivamente.

Em geral, são solos muito profundos, ricos em matéria orgânica e boa capacidade de retenção de água e nutrientes (solos aluvionares), localmente salinos e sódicos (os estuarino-marinhos) e baixa capacidade de retenção de nutrientes e água (os arenosos).

1.3 Infra-estruturas

Os principais meios de *transporte* no distrito são rodoviários, sendo que o rio Zambeze também permite viajar por barco.

No âmbito das *estradas*, destaca-se a construção de uma ponte metálica sobre o rio Sacasse no PA de Malingapansi e a reabilitação de cerca de 124Km de estrada dentro do distrito, no âmbito do programa de “comida e roupa pelo trabalho”, bem como a reabilitação do troço de 100 kms de Inhamitanga – Chupanga - Marromeu que consistiu na desmatamento das bermas da estrada e melhoramento da base e abertura de valas de drenagem.

Fica, assim, muito melhor servido o distrito no seu acesso por Inhamitanga à Estrada Centro-Nordeste recentemente reconstruída.

A reabilitação da linha de Sena, permitirá uma integração de mercados muito maior do distrito, por via do ramal ferroviário Marromeu-Inhamitanga.

A manutenção de estradas secundárias e terciárias tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar, o acesso a novas terras para agricultura e a participação comunitária na reconstrução das infra-estruturas destruídas.

No que respeita às **telecomunicações**, o distrito dispõe de uma ligação telefónica e o acesso a fontes de água melhoradas continua a ser um problema no distrito de Marromeu, havendo zonas em que a população tem que percorrer longas distâncias até à fonte de água mais próxima.

De acordo com os dados do Censo de 1997, o acesso a energia eléctrica no distrito é quase nulo estando concentrado na energia eléctrica de baixa tensão fornecida durante 24 horas por um gerador movido a diesel e durante 6 meses movido a bagaço de cana e que abastece a Vila de Marromeu e da fábrica.

O distrito possui 39 escolas (das quais, 35 do ensino primário nível 1), e está servido por 6 unidades sanitárias, incluindo um Hospital Rural, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 14 mil pessoas;
- Uma cama por 700 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.700 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

Este distrito possui potencialidades agrícolas e pecuárias, sendo a agricultura e pecuária as principais actividades económicas das famílias.

Dos 576 mil hectares da superfície do distrito, estima-se ² em 290 mil hectares o potencial de terra arável apta para a agricultura do distrito de Marromeu, dos quais só 20 mil são explorados pelo sector familiar (menos de 4% do distrito). Existe alguma pressão sobre as terras mais férteis, o que dá origem a alguns conflitos sobre a posse da terra.

É na faixa do distrito atravessada pelo rio Zambeze (cerca de 10% do leito do rio), que é possível fazer agricultura irrigada, com recurso a meios mecânicos de propulsão. Mais para o

² Conforme JVA Cenacarta-IGN France International, Estatísticas de Uso e Cobertura da Terra, Nov. 1999 (escala 1:250,000)



interior do distrito, existem algumas terras onde é possível utilizar pequenos sistemas de rega para produção agrícola, desde que haja algum investimento para a construção de sistemas de armazenamento de água. Este distrito possui cerca de 5.700 hectares de regadios ligados à Açucareira do Sena.

Existem, ainda, pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície a cerca de 660 ha (somente 60ha estão operacionais) e 4 represas com potencial para irrigar cerca de 2.900 ha, estando aptas para irrigar, actualmente, apenas 500 ha.

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

Nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. A cana de açúcar é a culturas de rendimento principal do distrito. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca).

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

O potencial para agricultura irrigada está limitado aos solos aluvionares das margens do Zambeze, em particular aqueles de textura média a pesada.

As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 afectaram bastante a campanha agrícola e somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

A floresta natural de Marromeu contém numerosas espécies nativas de madeiras preciosas. No entanto, a actividade silvícola é fortemente limitada pela falta de recursos, incluindo dinheiro, e de acesso a mercados para comercialização dos produtos.

A lenha é o principal combustível doméstico. A madeira e seus derivados são largamente usados na construção de casas e barcos e na fabricação de artesanato. O distrito debate-se com problemas de desflorestamento.

A caça é um suplemento alimentar importante das famílias do distrito. O peixe capturado no rio Zambeze, em lagos, lagoas e no mar, é um suplemento alimentar das famílias e uma fonte de rendimento familiar.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

É, porém, a Companhia de Sena e a indústria açucareira que dominam a actividade agro-industrial do distrito de Marromeu.

Com um processo de investimento para a sua reconstrução em curso de cerca de USD 100 milhões, esta empresa cultivou em 2003 cerca de 8 mil ha e teve uma produção industrial de 65 mil ton. de açúcar e 22 mil de melaço. Ocupa um total de cerca de 8 mil trabalhadores e representa 30% do total da produção de açúcar do país. Está previsto que esta fábrica venha a atingir as 100 mil toneladas em 2005, estabilizando em redor das 120 mil ton. anuais, em 2010.

O seu impacto na dinamização da economia local é bastante significativo, se atendermos à estrutura de fornecimentos que o gráfico seguinte ilustra (média nacional do sector).

Este distrito não tem infra-estruturas adequadas ao desenvolvimento do turismo, podendo porém vir a beneficiar da sua excelente localização na Área de Gestão dos Recursos Naturais da Gorongosa a Marromeu, que abrange a **Reserva de Elefantes e Búfalos de Marromeu**, com uma área de 1.500 km².

No seu conjunto, a área do Complexo de Marromeu localizada no banco Sul do delta do Zambeze, ocupa cerca de 650.000 ha, incluindo a Reserva Especial de Búfalos, as Coutadas Oficiais de Caça n° 10, 11, 12 e 14, a Reserva Florestal de Nhampacue e os mangais.

2 História, Política e Sociedade Civil

Antes da chegada dos portugueses, os régulos tinham como tarefa principal defender a população dos seus territórios das guerras tribais, animais ferozes, usando principalmente a magia negra, para além de dirigir cerimónias tradicionais quando os Anhakulota Ndalo (videntes)previam acontecimentos relacionados com abundância, ou não, de chuvas, faziam sembe “cerimónia tradicional” e a chuva caía na mesma altura molhando todos os participantes.

A população era nómada, dividida em tribos formadas e chefiadas por guerrilheiros, sendo de destacar Bauaze e Maguegue que se fixaram na região com o objectivo de intensificar as guerras entre tribos e clãs. Viviam, essencialmente, da pastorícia e da caça.

Estes, para se defenderem dos inimigos serviam-se do Rio Zambeze. Quando o inimigo se aproximava, a população era toda evacuada para a outra margem do rio, deixando-se uma pessoa que, muito amavelmente, oferecia o seu barco para levar o inimigo para a outra margem do rio. Uma vez chegados ao meio do rio, o barco era propositadamente afundado e, como os inimigos provinham de regiões sem grandes rios, não estando, por isso, habituados a lidar com correntes muito fortes, acabavam por morrer afogados.

Reza a história que, após a sua morte, os Chefes Bauaze, Maguegue, Gora, Cocorico, Sine, Kundúe e Nensa “se transformaram em leões brancos”, cuja existência ainda é assinalada nos dias de hoje. Na recém terminada guerra de desestabilização, movida pela Renamo, cada “leão” guarnecia o seu território e, em caso de iminência de ataque, passavam noites a rugir alertando a população para se precaver dos ataques.

Os primeiros portugueses que escalaram o distrito vieram de barco ao longo do Rio Zambeze, com o objectivo de conhecerem novas áreas que pudessem ser exploradas. Entraram na floresta e, quando já se julgavam perdidos, encontraram caçadores junto das suas cabanas a cortar carne. Depois de várias tentativas frustradas para estabelecer diálogo com os nativos, quiseram saber o nome da região e, em resposta, os caçadores que já estavam cansados de os ouvir responderam “Pamarremelo”(em língua Phozo, local onde se procede ao esquartejamento da carne), entendendo os portugueses que a região se chamava “Marromeu”.

Esta região é, maioritariamente, dominada pelos grupos étnicos Phozo provenientes de Luabo, província da Zambézia, os Senas provenientes de Cheringoma, Caia, Mutarara, Morrumbala e Mopeia na província da Zambézia, para além de algumas minorias como: Macuas, Chuabos, Ndaus e Ngonis que aqui chegaram como contratados para trabalhar nas plantações de cana sacarina e nas serrações de madeira da Companhia de Moçambique e da Sena Sugar Estates, coexistindo e interagindo socialmente.

Em relação à religião existem várias crenças no distrito e representantes das respectivas hierarquias e que se têm envolvido, em coordenação com as autoridades distritais em várias actividades de índole social. A religião dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.



No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades e o reconhecimento pela autoridade competente de 17 membros de autoridades comunitárias. Importa salientar que a população de Marromeu acaba de legitimar os seus 11 Secretários de Bairros, faltando o processo de reconhecimento, só completado para quatro.

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

A sua intervenção e participação junto das comunidades, sobretudo na colecta de impostos e divulgação de acções de combate a queimadas descontroladas, à criminalidade, ao HIV/SIDA, resolução de conflitos de terras, identificação das áreas económicas e sociais em várias esferas, entre outros, foi digna de realce nos últimos anos.

3 Demografia



A superfície do distrito é de 5.871 km² e a sua população está estimada em 87 mil habitantes à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional aproximada de 15 hab/km², prevê-se que o distrito em 2010 venha a atingir os 100 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (46%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 49% e uma taxa de urbanização de 26%, concentrada na Vila de Marromeu e zonas periféricas de matriz semi-urbana. A estrutura etária reflecte uma relação de dependência de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE MARROMEU	86,934	18,104	21,673	35,974	9,111	2,072
Homens	42,218	8,908	10,990	16,127	4,904	1,289
Mulheres	44,716	9,196	10,683	19,847	4,206	784
P.A. de MARROMEU	61,067	12,664	15,811	24,928	6,305	1,359
Homens	29,630	6,172	7,995	11,210	3,412	842
Mulheres	31,436	6,493	7,816	13,718	2,893	517
P.A. de CHUPANGA	25,867	5,440	5,862	11,046	2,806	713
Homens	12,587	2,736	2,995	4,917	1,493	447
Mulheres	13,280	2,704	2,867	6,129	1,313	266

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 20.200 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (44%) e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
22.6%	50.7%	26.7%	4.3	2.0	2.3
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
7.9%	1.8%	11.3%	50.2%	9.2%	19.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
39.8%	60.2%	17.4%	38.4%	1.4%	3.0%
Com Crença Religiosa					
Total	Zione	Católica	Evangélica	Muçulmana	Outra
100,0%	39.2%	19.0%	9.4%	0.5%	32.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o Cindau, 69% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MARROMEU	31.1%	22.8%	8.3%	68.9%	28.9%	40.0%
5 - 9 anos	2.6%	1.4%	1.2%	15.7%	7.8%	8.0%
10 - 14 anos	4.8%	3.2%	1.6%	8.4%	3.6%	4.8%
15 - 19 anos	5.1%	3.3%	1.7%	7.6%	3.3%	4.3%
20 - 44 anos	14.3%	11.0%	3.4%	25.2%	9.2%	16.0%
45 anos e mais	4.3%	3.9%	0.4%	12.0%	5.1%	6.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 77% da população analfabeta, predominantemente mulheres, o distrito de Marromeu tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que somente 27% dos seus habitantes, com 5 ou mais anos de idade, frequentam ou já frequentaram a escola, maioritariamente até ao nível primário.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MARROMEU	77.1%	62.3%	91.0%
5 - 9	95.1%	94.0%	96.2%
10 - 14	70.8%	59.9%	82.3%
15 - 44	70.1%	46.3%	89.6%
45 e mais	84.5%	73.3%	98.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

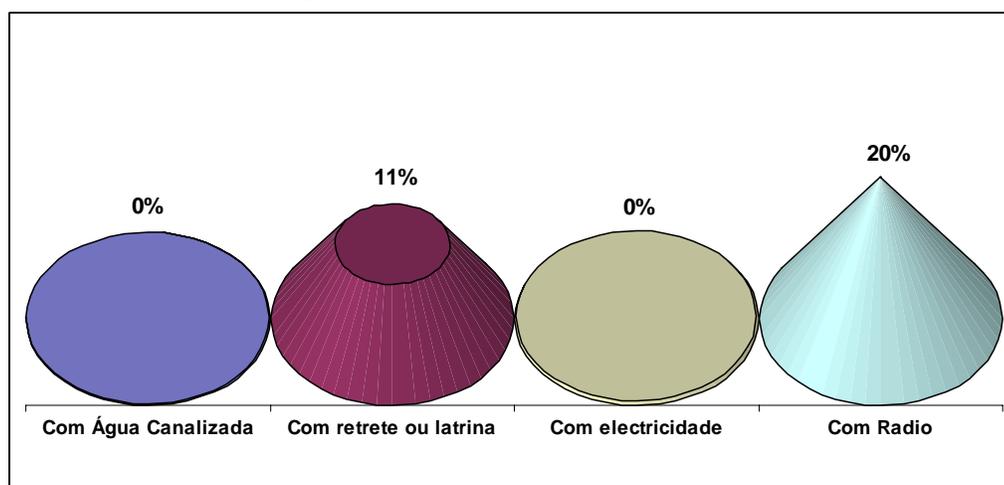
4 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispoñdo de cinco bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas com latrina e água colhida directamente em poços ou furos ou no rio e lagos*”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

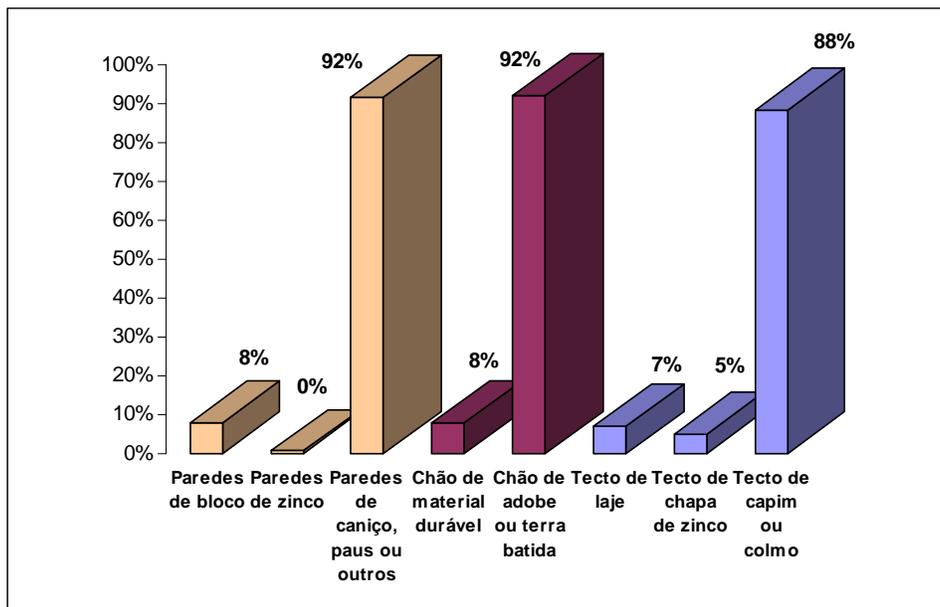
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	11%	12%	50%	55%	37%	47%	7%	8%
Com electricidade	0%	0%	3%	3%	0%	0%	0%	0%
Com Radio	20%	24%	37%	41%	43%	45%	19%	22%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

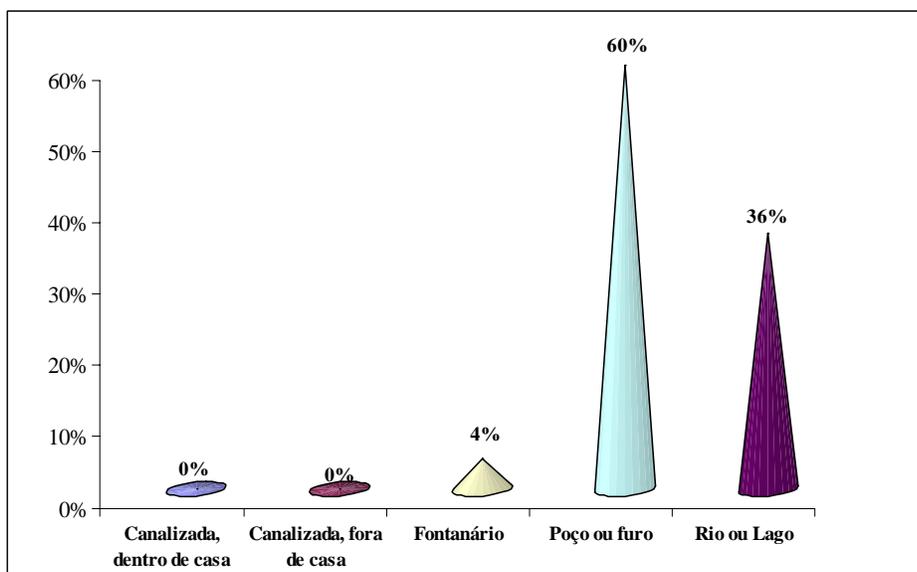
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito recorre directamente a poços ou furos (60%) ou ao rio e lago (36%). Os pequenos sistemas de canalização e de fontanários cobrem 4% das habitações, concentradas na vila de Marromeu.

FIGURA 3: Habitações, por tipo de acesso a água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem três Postos Administrativos: Malingapansi, Chupanga e Posto Sede que, por sua vez, estão subdivididos em 5 Localidades. O distrito tem 16 Regedorias, das quais 12 distribuídas pela zona Norte do distrito.

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

Com um total de 32 funcionários (dos quais, 4 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	8
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	7
■ Pessoal auxiliar	15

Foram construídos 2 edifícios das Administrações dos Postos de Chupanga e Malingapansi, com base em fundos de Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento e construída uma casa com base em material local que serve de residência ao Chefe do referido Posto. Foi remodelado e ampliado o edifício da Administração do Distrito com base em receitas consignadas.

Para o seu apetrechamento, foi adquirido mobiliário de quarto e sala e utensílios de uso doméstico para as residências dos Chefes de Postos e de Secretaria e outros funcionários da Administração do distrito.

Para o funcionamento das Secretarias da Administração do distrito e dos Postos Administrativos, foi adquirido mobiliário de escritório, nomeadamente secretárias para os funcionários e respectivas cadeiras, adquiridos 2 computadores e respectivas impressoras, ventoinhas e um aparelho de ar condicionado para o Gabinete do Administrador e mobiliário para a sala de espera.

Foram igualmente adquiridas 2 viaturas, elevando para 5 o número de viaturas existentes (3 avariadas), 3 motorizadas que foram distribuídas para os Chefes de Postos e de Secretaria, e 16 bicicletas distribuídas para os Régulos e Secretários de Bairros e para o Presidente da Localidade de Mponda e outro pessoal da Administração.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e

subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital.

Na Administração do distrito já foi construída uma rampa para facilitar o acesso aos deficientes. Estão afixadas nas vitrinas desta Administração e nos Postos Administrativos e outras instituições, minutas de requerimentos para vários fins, o que ajuda, em muito, as pessoas que procuram os serviços da Administração pública.

A introdução do novo horário na função pública, à luz do Decreto 30/2001, trouxe vantagens significativas para a comunidade, sobretudo a camponesa, que já pode conciliar o trabalho no campo com a ida à Administração para tratar dos seus assuntos.

O Impacto do Decreto é bastante positivo, notando-se uma maior responsabilização por parte dos funcionários públicos e uma melhoria da qualidade de prestação de serviços ao público, em relação aos dois últimos anos. Importa também referir que, no âmbito da Reforma do Sector Público, foram introduzidos livros de reclamações e sugestões em todas as instituições do Estado no distrito.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Dos 576 mil hectares da superfície do distrito, estima-se ³ em 290 mil hectares o potencial de terra arável apta para a agricultura do distrito de Marromeu, dos quais só 20 mil são explorados pelo sector familiar (2% do distrito). Existe alguma pressão sobre as terras mais férteis, o que dá origem a alguns conflitos sobre a posse da terra.

O cadastro ainda não foi realizado devido à falta de um técnico especializado. As actividades relativas à urbanização e ordenamento territorial, na Sede do distrito e Postos Administrativos no distrito de Marromeu, estão interrompidas devido à falta de recursos financeiros. Entretanto, tentativas estão a ser feitas junto de algumas ONG's, no sentido de encontrar financiamento que possam ajudar o distrito a retomar essas actividades.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000 e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada;
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento; e
- Demarcação de um total de 1,508 talhões nos Postos Administrativos de Chupanga e Malingapansi, para o reassentamento das populações assoladas pelas cheias.

³ Conforme JVA Cenacarta-IGN France International, Estatísticas de Uso e Cobertura da Terra, Nov. 1999 (escala 1:250,000)

A situação geográfica do distrito torna a zona propensa a cheias e inundações, ciclones e secas. Na época 2000/2001, o distrito de Marromeu foi alvo de cheias e inundações causadas por chuvas fortes e aumento do caudal do Rio Zambeze, resultando na destruição de culturas diversas, infra-estruturas sociais, entre outros bens.

Após recepção do aviso de precaução da ARA Centro difundido pela Agência de Informação de Moçambique, a Administração do Distrito alertou as populações no sentido destas abandonarem as zonas baixas e fixarem-se nas zonas altas que já haviam sido identificadas, nomeadamente, Chupanga, Nensa e Daúdo para servirem de Centros de acomodação.



Paralelamente, foi constituído um Comité Distrital de Emergência para coordenar as acções de socorro às populações, tendo sido solicitado apoio externo e interno, pedido que obteve resposta imediata em víveres, utensílios domésticos, tendas, vestuário e outros.

Foram resgatadas todas as populações que se encontravam nas zonas baixas atingidas pelas cheias e inundações, dada a pronta acção dos fuzileiros navais, Força Aérea Moçambicana, Zimbabweana e Sul-africana, bombeiros portugueses e a pronta participação voluntária da população, usando barcos pneumáticos, a motor, helicópteros, aviões e canoas.

Uma particular ajuda foi prestada pela Direcção da Companhia de Sena que disponibilizou um batelão com marinheiros com capacidade para 62 toneladas.

Para coordenação e planificação de actividades de resgate das populações, o Comité de Emergência reunia-se duas vezes por dia para planificação das acções de resgate e recepção de pessoas, análise do trabalho realizado e verificação de “stocks”.

O distrito solicitou a presença da brigada conjunta integrando os Serviços provinciais de Geografia e Cadastro, Direcção Provincial do Meio Ambiente e Obras Públicas e Habitação que realizaram um estudo geográfico em Chupanga, Nensa, Chiloló e Nhaminaze, tendo identificado locais seguros para o reassentamento da população.

5.3.2 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 39 o número de escolas do distrito de Marromeu em 2003 (35 do ensino primário nível 1, 3 do nível 2 e uma do ensino secundário geral I), que são frequentadas por cerca de 16 mil estudantes ensinados por 212 professores.

O número de centros de alfabetização de adultos cresceu para 51, com cerca de 4 mil alfabetizandos e 45 alfabetizadores.

O distrito está dotado de 1 Hospital Rural, 2 do nível II/III e 3 Postos de saúde, com um total de 126 camas e 52 técnicos e assistentes de saúde.

A aderência às unidades sanitárias tende a crescer comparativamente aos anos anteriores, quer para os partos, internamentos, vacinações e consultas gerais devido às campanhas de sensibilização e ao trabalho das brigadas móveis.

Esses aumentos de unidades sanitárias e de recursos humanos, permitiram a abertura de postos fixos de vacinação, maior adesão de pacientes às unidades sanitárias à procura de serviços de saúde, e contribuíram para encurtar as distâncias que as populações tinham que percorrer indo de um posto ao outro.

No Hospital Rural foi introduzida a maior unidade sanitária do distrito e da região Norte de Sofala, o Serviço de Fisioterapia e aberto um cantinho de aconselhamento de adolescentes no capítulo de prevenção e combate ao HIV/SIDA.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

TABELA 7: Grupos culturais e desportivos existentes

Tipo e Designação	Total	Posto Administrativo		
		Sede	Chupanga	Malingapansi
Grupos culturais	53	44	5	4
Núcleos Juvenis	13	06	7	-
Núcleos Desportivos	47	39	6	2
Clubes Desportivos	1	1	-	-
Palcos a céu aberto	1	1	-	-

Fonte: Administração do Distrito.

5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

TABELA 8: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	1.091
Idosos atendidos	1.232
Mulheres atendidas	70
TOTAL	2.393

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.5 Ordem e Segurança pública

O índice de criminalidade em Marromeu tem vindo a subir desde 1999, esperando-se de acordo com o Governo Distrital que aumente em 2003 e 2004. As dificuldades e insuficiência de efectivos tem sido a maior causa da deficiente cobertura policial do distrito.

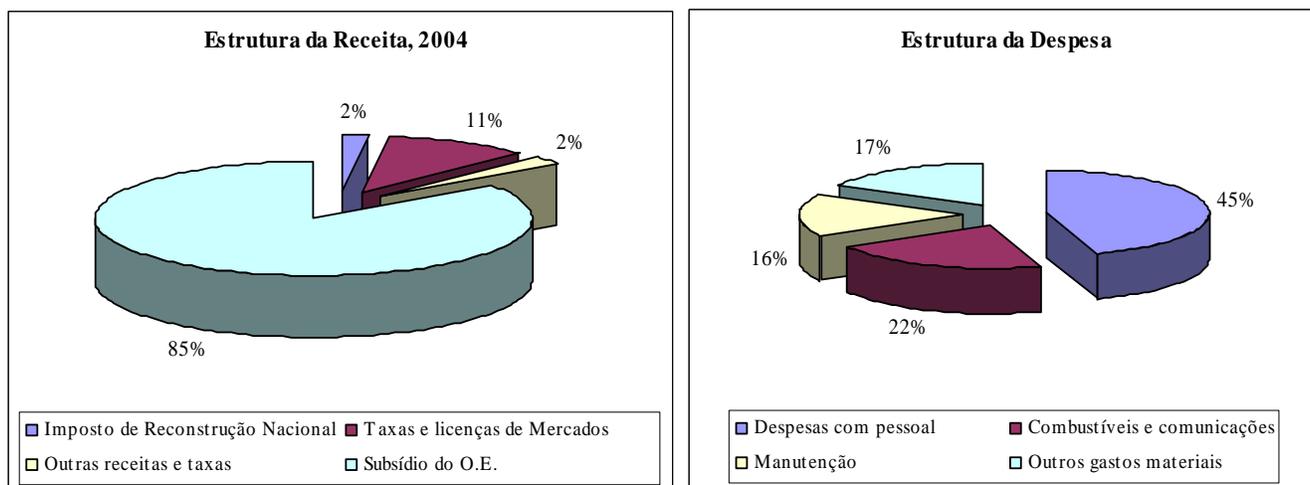
As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em

curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

5.4 Finanças Públicas

A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 18 contos por habitante, isto é, cerca de 1 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.6 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas "comida pelo trabalho" financiados pelo PMA.

5.7 Apoio do sector Privado

A Companhia do Sena é o maior empreendimento privado do distrito e tem estabelecido alguns programas sociais de apoio à comunidade e à produção familiar de açúcar e desenvolvimento de pequenos agricultores privados.

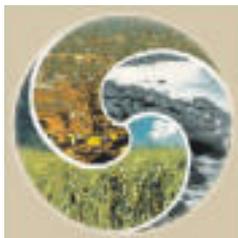
É de salientar o apoio desta empresa aquando da ocorrência de calamidades naturais, como foi o caso nas cheias de 2000/01 em que prontamente disponibilizou um batelão com marinheiros com capacidade para 62 toneladas.

5.8 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais.

Operam no distrito quatro organismos de cooperação, nomeadamente, o Collegio Universitario di Aspiranti a Medici Missionari (CUAMM), nos sectores da saúde e da água, bem como no melhoramento do sistema sanitário, a Kulima, uma ONG moçambicana, no sector da educação, a Fundação Contra a Fome trabalhou na agricultura, e a AICF (Action International Contre la Faim), de França, no sector da água.

6 Posse e Uso da Terra ⁴



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

Dos 576 mil hectares da superfície do distrito, estima-se em 290 mil hectares o potencial de terra arável apta para a agricultura do distrito de Marromeu, dos quais só 20 mil são explorados pelo sector familiar (menos de 4% do distrito). Existe alguma pressão sobre as terras mais férteis, o que dá origem a alguns conflitos sobre a posse da terra.

O distrito possui cerca de 15 mil explorações agrícolas com uma área média é de 0.9 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 45% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, apesar de ocuparem somente 17% da área cultivada.

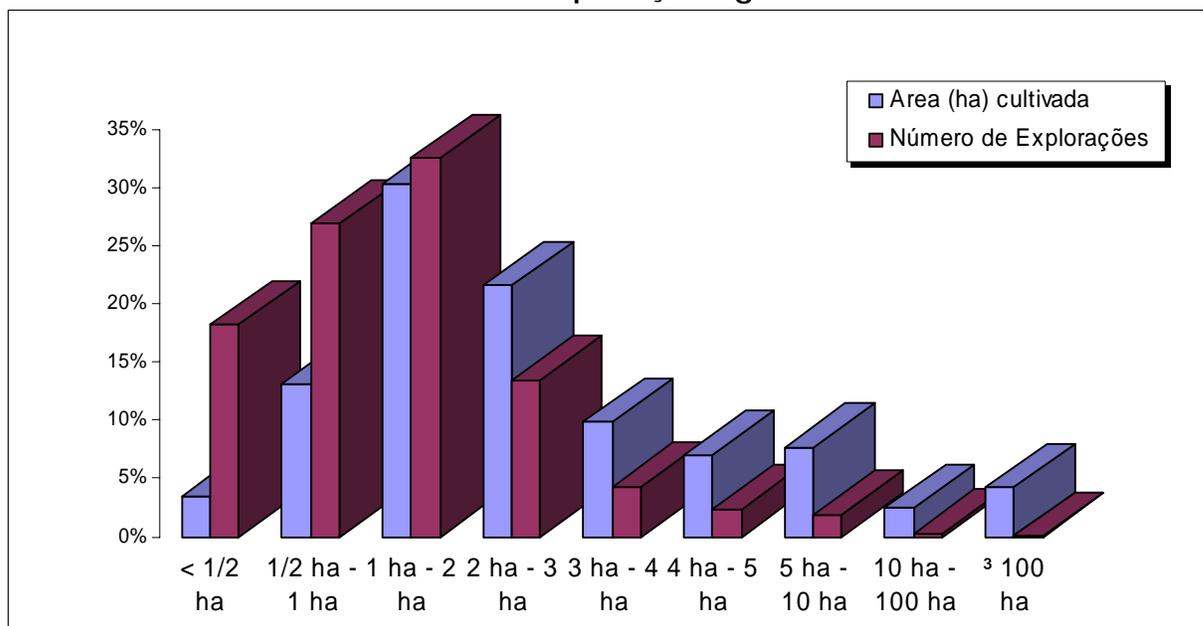
Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 31% da área cultivada pertence a somente 8% das explorações do distrito.

⁴ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.



Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 80% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de base da exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, quase 90% das 34 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 12% das parcelas agrícolas do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por famílias com 3 ou mais pessoas que trabalham a terra.

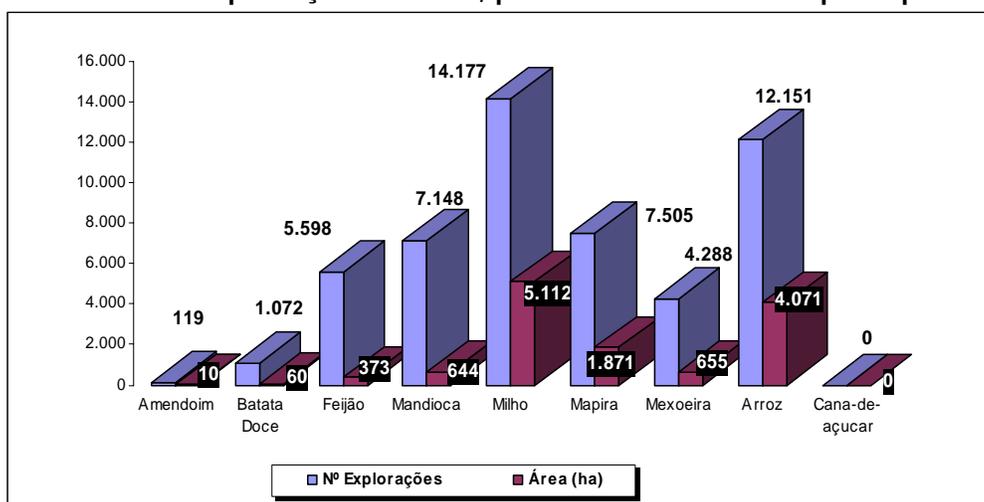
Estas explorações estão divididas em cerca de 34 mil parcelas, 57% com menos de meio hectare e exploradas em 50% dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 36% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas alimentar principal



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras, coqueiros e cajueiros.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

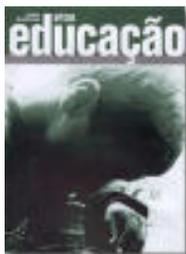
No distrito existem cerca de 4 mil criadores de pecuária e mais de 12 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 19% nos caprinos a 80% nos suínos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesca e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

7 Educação



Cerca de 77% da população do distrito é analfabeta e somente 27% das pessoas com 5 ou mais anos de idade, predominantemente homens, frequentam ou já frequentaram o nível primário do ensino.

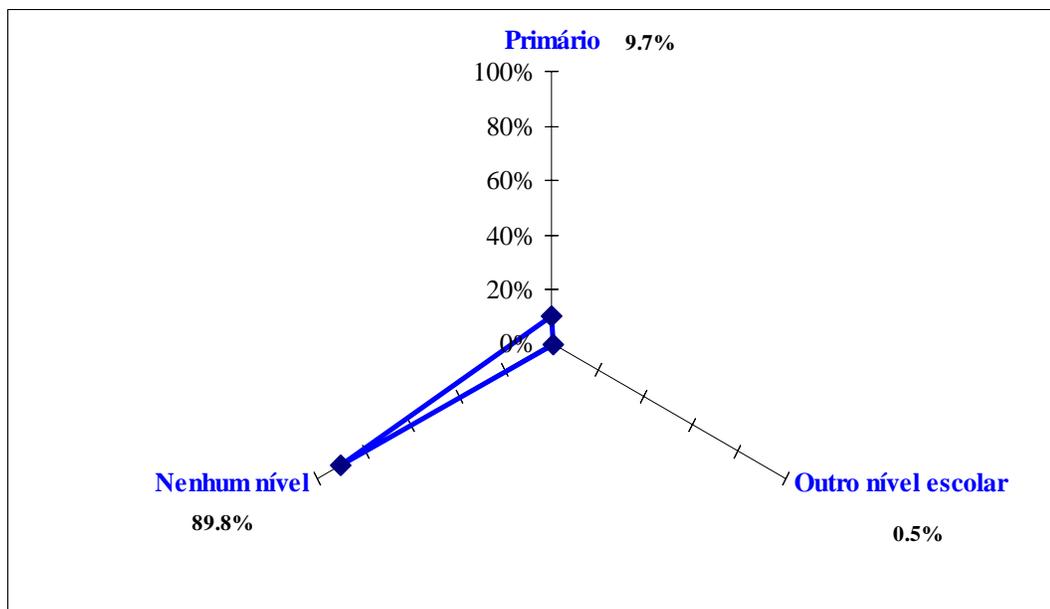
TABELA 9: População⁵, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MARROMEU	10.2%	7.3%	2.9%	16.9%	13.4%	3.5%	72.9%	27.7%	45.2%
P.A. de MARROMEU	12.7%	9.0%	3.7%	19.2%	14.8%	4.4%	68.1%	24.6%	43.5%
P.A. de CHUPANGA	4.3%	3.1%	1.2%	11.5%	10.1%	1.3%	84.2%	35.0%	49.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 35% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças.

FIGURA 7: População⁶, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 10: População⁷, por nível de ensino que frequenta

	NIVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE MARROMEU	10.2%	0.0%	9.7%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	89.8%
5 - 9 anos	10.4%	0.0%	10.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	89.6%
10 - 14 anos	34.7%	0.0%	34.5%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	65.3%
15 - 19 anos	23.5%	0.1%	21.3%	2.1%	0.1%	0.0%	0.0%	76.5%
20 - 24 anos	4.4%	0.1%	3.0%	1.4%	0.0%	0.0%	0.0%	95.6%
25 e + anos	0.7%	0.0%	0.5%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	99.3%
HOMENS	15.0%	0.0%	14.1%	0.9%	0.0%	0.0%	0.0%	85.0%
MULHERES	5.7%	0.0%	5.5%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	94.3%
P.A. de MARROMEU	12.7%	0.0%	12.0%	0.7%	0.0%	0.0%	0.0%	87.3%
P.A. de CHUPANGA	4.3%	0.0%	4.2%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	95.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 11% concluíram algum nível de ensino. Destes, 92% completaram somente o ensino primário e 5% o nível de ensino secundário. Os restantes níveis representam somente 3% do efectivo escolarizado.

TABELA 11: População⁸, por nível de ensino concluído

	NIVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE MARROMEU	11.3%	0.2%	10.4%	0.6%	0.1%	0.1%	0.0%	88.7%
5 - 9 anos	0.6%	0.0%	0.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.4%
10 - 14 anos	6.0%	0.0%	6.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	94.0%
15 - 19 anos	16.3%	0.1%	15.6%	0.6%	0.0%	0.0%	0.0%	83.7%
20 - 24 anos	18.0%	0.1%	16.5%	1.1%	0.1%	0.1%	0.0%	82.0%
25 e + anos	14.1%	0.4%	12.7%	0.8%	0.1%	0.1%	0.0%	85.9%
HOMENS	19.2%	0.3%	17.6%	1.0%	0.1%	0.1%	0.0%	80.8%
MULHERES	3.8%	0.1%	3.6%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	96.2%
P.A. de MARROMEU	13.5%	0.2%	12.3%	0.7%	0.1%	0.1%	0.0%	86.5%
P.A. de CHUPANGA	6.0%	0.1%	5.8%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	94.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socio-económicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a crescer, serem insuficientes, o que é agravado por taxas de aproveitamento baixas em algumas localidades.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 12: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	90	8.759	18.930	51	257
EP1	35	5.142	12.951	38	186
EP2	3	238	1.225	3	13
ESG I	1	156	775	3	14
AEA	51	3.223	3.979	8	45

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores das escolas do distrito tem uma formação escolar baixa, em média entre a 6ª e 8ª classe sem estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

Os recursos financeiros para o sector são escassos, verificando-se que o orçamento corresponde a cerca de 117 Contos (USD 6) por pessoa, em idade escolar.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 14 mil pessoas;
- Uma cama por 700 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.700 residentes no distrito.

TABELA 13: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente, por Posto Administrativo	Tipo de Unidades Sanitárias				Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
Nº de Unidades	6	1	2	3			
Nº de Camas	126	116	10	0			
Pessoal Total	88	79	5	4	88	64	24
- Licenciados	1	1	0	0	1	1	0
- Nível Médio	14	14	0	0	14	10	4
- Nível Básico	21	20	1	0	21	15	6
- Nível Elementar	13	9	2	2	13	9	4
- Pessoal de apoio	36	35	1	0	36	26	10

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 14: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	62,0%
Partos	661
Vacinação	35.501
Saúde materno-infantil	57.755
Consultas externas	102.072
Taxa de mortalidade hospitalar	5,9%
Taxa de baixo peso à nascença	19,0%
Taxa de mau crescimento	6,1%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

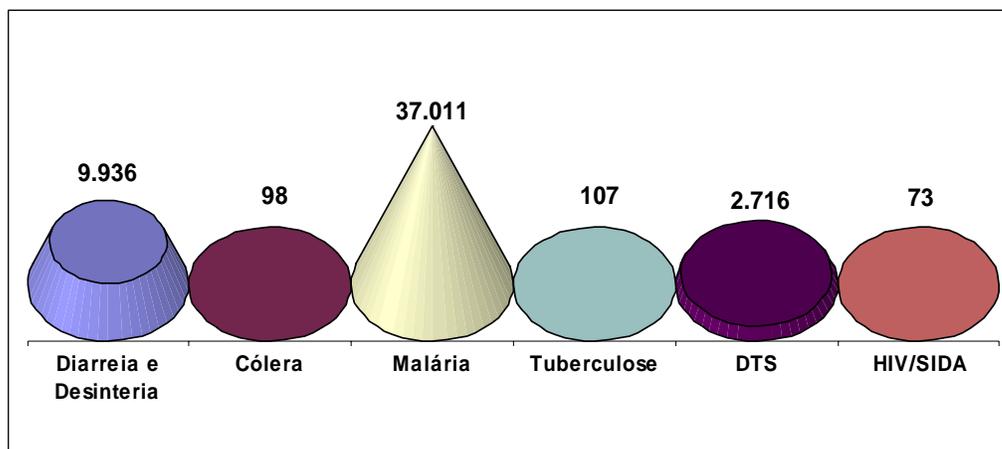
O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no

Marrómeu



seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificadas no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito de Marromeu existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 3 mil órfãos (dos quais 30% de pai e mãe) e cerca de 1.500 deficientes (65% com debilidade física, 9% com doenças mentais e 26% com ambos os tipos de doença).

TABELA 15: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE MARROMEU	2,661
Homens	1,276
Mulheres	1,385
5 - 9 anos	571
10 - 14 anos	750
15 - 19 anos	1340
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.	

TABELA 16: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE MARROMEU	1465	946	139	380
0 - 14	246	140	37	69
15 - 44	801	459	66	276
45 e mais	418	347	36	35

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Marromeu



Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias cerca de mil crianças perdidas e órfãs, e foram identificadas beneficiando de apoios 70 mulheres e 1.200 idosos.

TABELA 17: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	1.091
Idosos atendidos	1.232
Mulheres atendidas	70
TOTAL	2.393

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

9 Género

O distrito de Marromeu tem uma população de 87 mil habitantes - 45 mil do sexo feminino - sendo 11% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

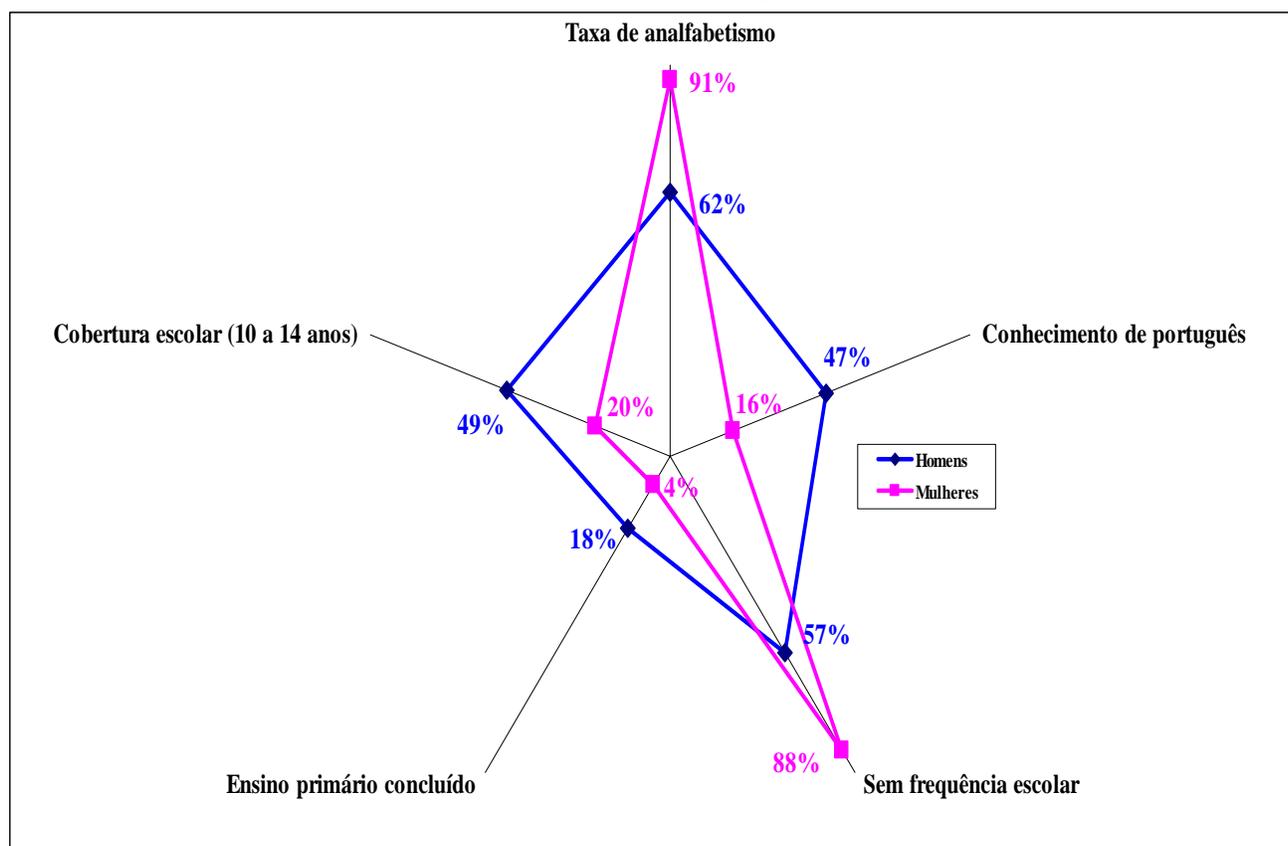
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Cindau*, só 16% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 91%, sendo de 62% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 88% nunca frequentaram a escola e somente 4% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 19% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das raparigas.

FIGURA 9: Indicadores de escolaridade, por sexos



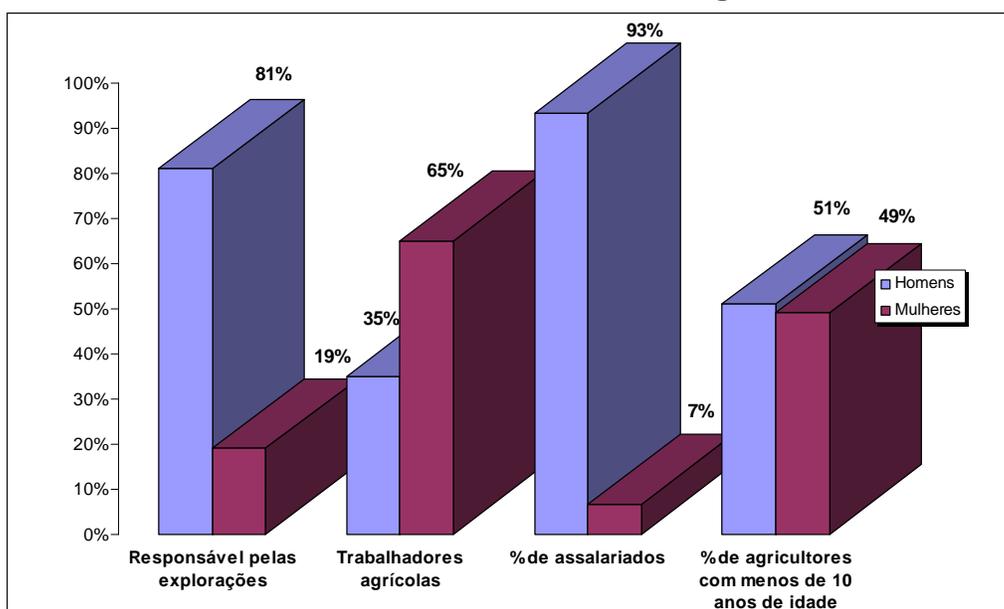
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 45 mil mulheres, 25 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procura emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 20 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego feminino de 21%, contra 26% no caso dos homens.

As 15 mil explorações estão divididas em cerca de 34 mil parcelas, metade das quais com menos de meio hectare, e exploradas em mais de metade dos casos por mulheres. De reter que, 36% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, metade das quais são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 98% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria; e
- 2% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal ou de outros serviços.

Nos sectores da educação e da saúde a situação de emprego da mulher é igualmente deficitária. Efectivamente, só 20% dos professores e 27% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 32 funcionários existentes só 4 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária do distrito do Bilene reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa.

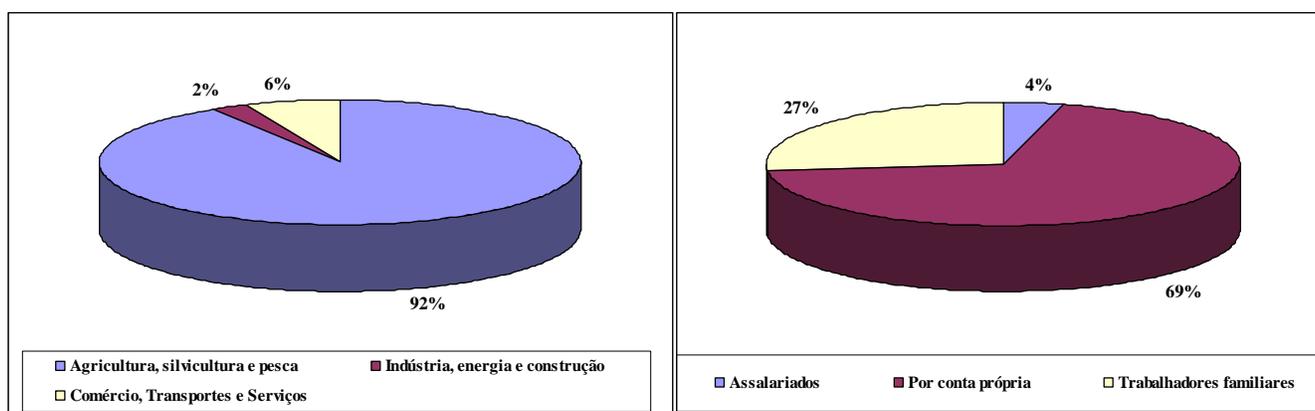
De um total de 87 mil habitantes, 47 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 36 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 24%.

Destes, 96% são trabalhadores familiares ou por conta própria, e na sua maioria mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 4% da população activa e, de forma inversa, é dominada por homens (as mulheres representam apenas 7% do total de assalariados).

A distribuição segundo a posição no processo de trabalho e o ramo de actividade reflecte, naturalmente, a actividade dominante agrária do distrito, que ocupa 91% da mão-de-obra activa do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 6% da população activa, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, onde trabalham cerca de 5% do total de pessoas activas e 2% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa⁹, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 18: População activa¹⁰, por ramo de actividade, 2005

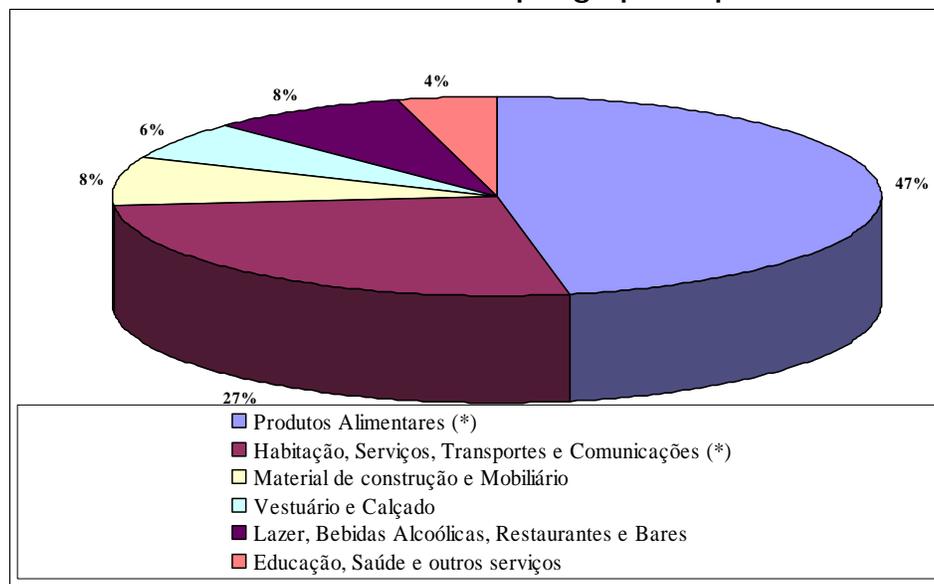
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE MARROMEU	36,015	4.2%	1.7%	2.5%	0.1%	68.9%	26.7%	0.2%
- Homens	16,409	3.9%	1.6%	2.4%	0.1%	31.9%	9.5%	0.2%
- Mulheres	19,606	0.3%	0.2%	0.1%	0.0%	36.9%	17.2%	0.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	32,857	0.8%	0.2%	0.6%	0.0%	65.0%	25.3%	0.1%
Indústria, energia e construção	866	0.7%	0.1%	0.6%	0.0%	1.3%	0.4%	0.0%
Comércio, Transportes e Serviços	2,292	2.6%	1.4%	1.2%	0.0%	2.6%	1.0%	0.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹¹ estimado em cerca de 45% no ano de 2003¹². Com um nível médio mensal de receitas familiares de 55% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (47%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (27%).

FIGURA 12: Consumo das famílias, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

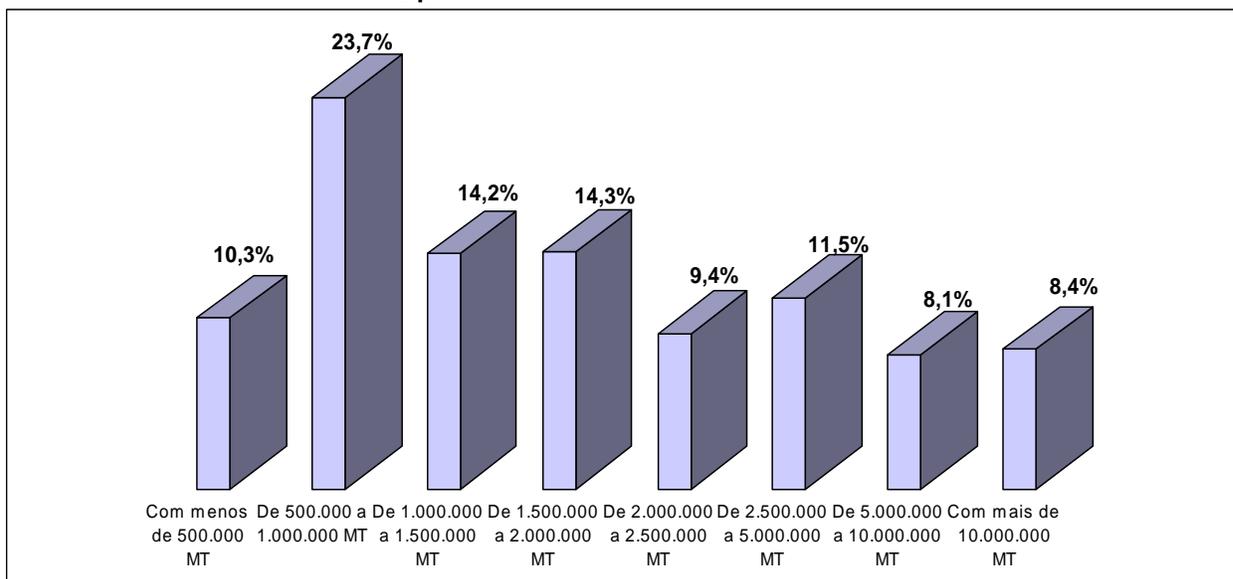
¹⁰ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹¹ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹² Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com quase 50% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 13: Famílias, por intervalos de rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito é frequentemente alvo de calamidades naturais que afectam profundamente a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹³ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

¹³ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado na açucareira, já que as outras oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia tem por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base

Os principais meios de **transporte** no distrito são rodoviários, sendo que o rio Zambeze também permite viajar por barco.

No âmbito das **estradas**, destaca-se a construção de uma ponte metálica sobre o rio Sacasse no PA de Malingapansi e a reabilitação de cerca de 124Km de estrada dentro do distrito, no âmbito do programa de “comida e roupa pelo trabalho”, bem como a reabilitação do troço de 100 kms de Inhamitanga – Chupanga - Marromeu que consistiu na desmatamento das bermas da estrada e melhoramento da base e abertura de valas de drenagem. Fica, assim, muito melhor servido o distrito no seu acesso por Inhamitanga à Estrada Centro-Nordeste recentemente reconstruída. A reabilitação da linha de Sena, permitirá uma integração de mercados muito maior do distrito, por via do ramal ferroviário Marromeu-Inhamitanga.

A manutenção de estradas secundárias e terciárias tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar, o acesso a novas terras para agricultura e a participação comunitária na reconstrução das infra-estruturas destruídas.

Marromeu



TABELA 19: Rede de Estradas

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)	Tecnologia Utilizada
Marromeu-Chupanga	50	ER	sim	sim	-
Chupanga-Inhaminga	52	ER	sim	sim	-
Marromeu-Malingapanse	120	NC	não	não	-
Marromeu-Safrique	25	NC	sim	não	-
Marromeu-Megugune	15	NC	sim	não	-
Chupanga-Milha 12	20	NC	não	não	-

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária. Tecnologia : M- Mecanizada; O- Trabalho Manual. Fonte: Administração do Distrito

No que respeita às **telecomunicações**, o distrito dispõe de uma ligação telefónica.

Para o **abastecimento de água** à população foram construídas 40 novas fontes, elevando-se para 48 o número de fontes existentes no distrito (3 das quais inoperacionais), sem contar com os fontenários municipais. Importa, ainda, referir a reabilitação do pequeno sistema de abastecimento de água (operacional) e da rede de canalização da Vila de Marromeu.

O acesso a fontes de água melhoradas continua, porém, a ser um problema no distrito de Marromeu, havendo zonas em que a população tem que percorrer longas distâncias até à fonte de água mais próxima.

A Água Rural tem organizado estágios de manutenção de bombas Afridev, coadjuvada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural (INDER) e pelo United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF). A Água Rural também emprega animadores para o sector e mantém uma reserva de peças sobressalentes para as bombas. As comunidades locais contribuem em dinheiro para a manutenção das bombas. A Fundação Contra a Fome (FCF) é a única organização a trabalhar no abastecimento de água ao distrito.

De acordo com os dados do Censo de 1997, o acesso a energia eléctrica no distrito é quase nulo estando concentrado na energia eléctrica de baixa tensão fornecida durante 24 horas por um gerador movido a diesel e durante 6 meses movido a bagaço de cana e que abastece a Vila de Marromeu e da fábrica.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

Este distrito possui potencialidades agrícolas e pecuárias, sendo a agricultura e pecuária as principais actividades económicas das famílias.

10.5.1 Zonas agro-ecológicas



Punguè e seus afluentes.

Os solos da zona litoral são predominantemente arenosos e de cobertura arenosa, em geral profundos a muito profundos, excessivamente bem drenados, com baixa capacidade de retenção de nutrientes e água. Complementam estes agrupamentos de solos as deposições fluvio-marinhas e os aluviões recentes do rio

O potencial para agricultura irrigada está concentrado nos solos aluvionares ao longo do Zambeze, em particular aqueles de textura média a pesada. Estes solos são profundos, ricos em matéria orgânica e apresentam ainda excelentes capacidades de retenção de água e nutrientes, contudo, podem localmente ser ligeiramente salinos e/ou sódicos.

A zona interior é dominada por solos residuais de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos-avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. A temperatura elevada agrava consideravelmente as condições de fraca precipitação nestas regiões provocando deficiências de água para o crescimento normal das plantas (culturas).

10.5.2 Infra-estruturas e equipamento

É na faixa do distrito atravessada pelo rio Zambeze (cerca de 10% do leito do rio), que é possível fazer agricultura irrigada, com recurso a meios mecânicos de propulsão. Mais para o interior do distrito, existem algumas terras onde é possível utilizar pequenos sistemas de rega para produção agrícola, desde que haja algum investimento para a construção de sistemas de armazenamento de água. Este distrito possui cerca de 5.700 hectares de regadios ligados à Açucareira do Sena.

Marromeu



PÁGINA 40

Foto 1: Regadio da Açucareira de Sena



Foto: Regadio da Açucareira de Sena - Local da descarga para o canal principal e Estação de bombagem flutuante instalada num canal que liga ao Rio Zambeze.

Fonte de dados: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, Levantamento dos Regadios na Zona Centro - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002

Existem, ainda, pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície a cerca de 660 ha (somente 60ha estão operacionais) e 4 represas com potencial para irrigar cerca de 2.900 ha, estando aptas para irrigar, actualmente, apenas 500 ha.

10.5.3 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

Nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. A cana de açúcar é a culturas de rendimento principal do distrito. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca).

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

O potencial para agricultura irrigada está limitado aos solos aluvionares das margens do Zambeze, em particular aqueles de textura média a pesada. Estes solos são profundos a muito profundos, ricos em matéria orgânica e apresentam ainda excelentes capacidades de retenção de água e nutrientes, contudo, podem localmente ser ligeiramente salinos.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pouso das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 afectaram bastante a campanha agrícola e somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 20: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	4.876	2.068	6.300	5.000	6.800	3.360
Arroz	4.060	1.638	3.300	2.700	2.800	2.400
Mapira	1.950	483	1.500	1.200	1.480	1.120
Mandioca	1.463	5.250	1.450	5.800	1.260	6.300
Feijões	811	91	1.040	750	1.320	764
Batata Doce	812	1.624	1.300	6.200	980	3.920
Hortícolas	65	256	140	560	200	1.000
Cana de Açúcar	0	0	0	0	7.880	65.000
Arroz	4.060	1.638	3.300	2.700	2.800	2.400
Hortícolas	58	116	80	400	500	875
Total	14.324	11.532	15.370	22.440	23.420	84.200

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.4 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as

Marromeu



galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os cabritos e os porcos.

10.5.5 Pescas, Florestas e Fauna bravia

A floresta natural de Marromeu contém numerosas espécies nativas de madeiras preciosas. No entanto, a actividade silvícola é fortemente limitada pela falta de recursos, incluindo dinheiro, e de acesso a mercados para comercialização dos produtos.

A lenha é o principal combustível doméstico. A madeira e seus derivados são largamente usados na construção de casas e barcos e na fabricação de artesanato. O distrito debate-se com problemas de desflorestamento.

A caça é um suplemento alimentar importante das famílias do distrito. As espécies mais caçadas são as gazelas e as ratazanas. As espécies de fauna bravia que ainda existem no distrito são os búfalos, changos e vários tipos de gazelas e outros antílopes, porcos-do-mato, elefantes, zebras, macacos e hipopótamos.

O peixe capturado no rio Zambeze, em lagos, lagoas e no mar, é um suplemento alimentar das famílias e uma fonte de rendimento familiar.

No distrito são plantadas papaieiras, mangueiras, goiabeiras, limoeiros e cajueiros. Como limitantes à produção de árvores de fruto citam-se a falta de sementes, a falta de hábitos e a insuficiente qualidade e escassez da terra. Não existe indústria de processamento de fruta no distrito, existindo laços comerciais ocasionais para os produtos frutícolas com os mercados da Beira e Maputo.

10.6 Indústria e Serviços



A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. No distrito existem 17 lojas, 7 moagens e 2 oficinas. O distrito não possui nenhum sistema formal de crédito implantado.

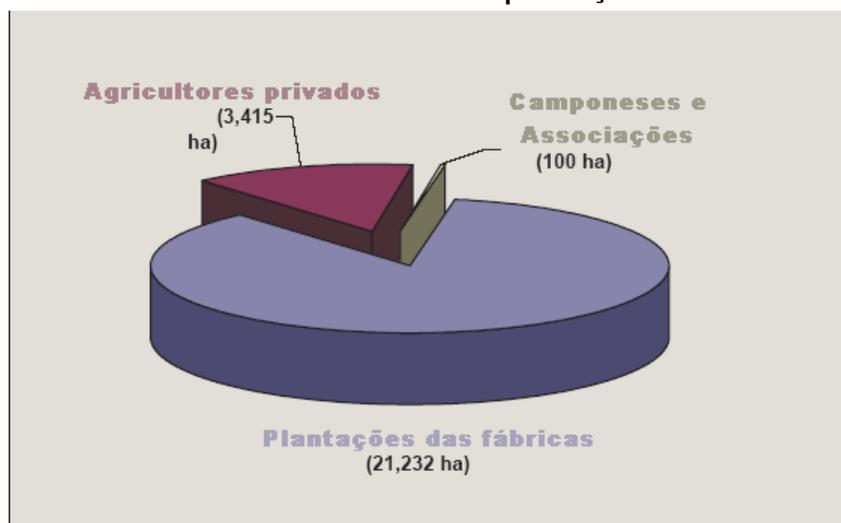
É, porém, a Companhia de Sena e a indústria açucareira que dominam a actividade agro-industrial do distrito de Marromeu.

Com um processo de investimento para a sua reconstrução em curso de cerca de USD 100 milhões, esta empresa cultivou em 2003 cerca de 8 mil ha e produziu 628 mil ton. de cana-de-açúcar (incluindo o Luabo).

Com uma produção industrial em 2003 de 65 mil ton. de açúcar e 22 mil de melaço, esta empresa ocupa um total de cerca de 8 mil trabalhadores e representa 30% do total da produção de açúcar do país. Está previsto que esta fábrica venha a atingir as 100 mil toneladas em 2005, estabilizando em redor das 120 mil ton. anuais, em 2010.

O seu impacto na dinamização da economia local é bastante significativo, se atendermos à estrutura de fornecimentos que o gráfico seguinte ilustra (média nacional do sector).

FIGURA 14: Estrutura média da produção de cana-de-açúcar ¹⁴



Fonte de dados: Unidade de estudos da MÉTIER, a partir de dados da “FAO/MOZAMBIQUE SUGAR CONFERENCE”, Outubro de 2002.

10.7 Turismo

Este distrito não tem infra-estruturas adequadas ao desenvolvimento do turismo, podendo porém vir a beneficiar da sua excelente localização na Área de Gestão dos Recursos Naturais da Gorongosa a Marromeu, que abrange a **Reserva de Elefantes e Búfalos de Marromeu**, com uma área de 1.500 km².

No seu conjunto, a área do Complexo de Marromeu localizada no banco Sul do delta do Zambeze, ocupa cerca de 650.000 ha, incluindo a Reserva Especial de Búfalos, as Coutadas Oficiais de Caça n° 10, 11, 12 e 14, a Reserva Florestal de Nhampacue e os mangais.

O Complexo possui os mais diversos mosaicos de comunidades vegetais que incluem florestas, graminais, savana, pântanos com papiros e caniços e praias densas. Estas comunidades vegetais sustentam uma fauna diversa e abundante que inclui búfalos,

¹⁴ Na Maragra e Xinavane, mais de metade da cana é fornecida por agricultores privados moçambicanos e sul-africanos.

elefantes, godongas, zebras, pivas, changos e pequenos antílopes.

O Complexo de Marromeu suporta as maiores concentrações de aves aquáticas em Moçambique e fornece região crítica para mais de 30% da população de aves durante as secas da África Austral.

O Complexo possui ainda enormes potencialidades para o Ecoturismo e Turismo Cinegético nas Coutadas Oficiais de Caça.

Os mangais e estuários extensos do Delta sustentam a pesca do camarão no Banco de Sofala, sendo vitais para a ecónomia da província e do país.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Marromeu

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Bairro/Regulado	
1	Francisca Z. Magalhães	Rainha	F	Chupanga	Chupanga	Cundue	24/06/2002
2	Joaquim C. Zingo	Régulo	M	Malingapansi	Mirambe	Mirambe	24/09/2002
3	Domingos T. Mponda	Régulo	M	Chupanga	Mponda	M'ponda	23/09/2002
4	Domingos A. Nensa	Régulo	M	Chupanga	Nensa	Nensa	24/06/2002
5	António A. Nhane	Régulo	M	Malingapansi	Nhane	Nhane	04/07/2002
6	Joaquim Sine	Régulo	M	Chupanga	Sine	Sine	05/08/2002
7	Jorge Camp. Tenente	Régulo	M	Chupanga	Ngaze	Thozo	03/08/2004
8	Manuel João Mangaze	Régulo	M	Chupanga	Mangaze	Mangaze	07/08/2002
9	Luís Macedo Catandica	Régulo	M	Chupanga	Chupanga	N'zoou	
10	Luís José Vizarone	Régulo	M	Chupanga	Chitunco	Chitunco	07/08/2002
11	Félix Jamo Chipondene	Régulo	M	Chupanga	Gombe-Gombe	Gombe-Gombe	08/08/2002
12	Manecas José Nhamula	Régulo	M	Chupanga	Nhamula	Nhamula	21/08/2002
13	Vasco S. A. A. Bauaze	Régulo	M	Chupanga	Bauaze	Bauaze	
14	Luís D. de Oliveira	Régulo	M	Chupanga	Chupanga	C. Reass. Chupanga	24/06/2002
15	Joaquim E. Chimica	Régulo	M	Malingapansi	Mirambe	Nhandó-Malingapansi	24/09/2002
16	Carlos Gote Bambala	Sec. Bairro	M	Chupanga	Nensa	Nensa-Chupanga	24/06/2002
17	Novaz Ngamo Raposo	Sec. Bairro	M	Malingapansi	Chiloló	Chiloló-Malingapansi	18/08/2002

Marromeu



PÁGINA 46

Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Sofala, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Sofala, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Sofala, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Sofala, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação de Sofala, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde de Sofala, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Sofala, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província de Sofala, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005